



Ata de Reunião Setorial do Processo de Consulta Pública para a Recategorização da Reserva Biológica Estadual do Banhado do Maçarico

- Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim -

1 Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às 14 horas e 30
2 minutos, reuniram-se, na sede da Estação Ecológica do Taim, localizada no Km 498
3 da BR 471, no município de Rio Grande, os Conselheiros e demais interessados,
4 conforme lista de presença constante no Anexo I, para tratar da proposta de
5 recategorização da Reserva Biológica Estadual do Banhado do Maçarico. A reunião
6 teve início com Luciano dando as boas vindas aos presentes, e agradecendo a
7 presença de todos. Diz que estamos iniciando as reuniões setoriais para apresentação
8 da proposta de recategorização da Reserva Biológica Estadual do Banhado do
9 Maçarico. A proposta de fazer a apresentação para o Conselho da ESEC Taim foi de
10 Luiz Renato, por este fórum agregar uma grande representatividade de vários setores
11 do município de Rio Grande, também tratar sobre Unidade de Conservação, e pela
12 REBIO Banhado do Maçarico estar localizada próxima à ESEC Taim. As reuniões
13 setoriais serão realizadas anteriormente à reunião de consulta pública, e o objetivo é
14 apresentar a proposta de recategorização para colher as considerações dos
15 participantes. Dentre os presentes hoje, encontram-se membros do Grupo de Trabalho
16 que vem trabalhando nessa proposta de recategorização. A seguir, é feita uma rodada
17 de apresentação dos presentes. Thiago faz uma retrospectiva dos eventos
18 relacionados à REBIO Banhado do Maçarico. Diz que, em 2014, a publicação do
19 decreto que criou a REBIO Banhado do Maçarico pegou todos de surpresa, e, devido
20 à cultura local, a tendência é de sermos mais reativos do que ativos. Lembra que
21 houve uma reunião ainda no final de 2014, na qual várias pessoas saíram chorando,
22 muito tristes, sem entender muito o que estava acontecendo. Após, conseguiram fazer
23 outras reuniões, junto ao Sindicato, em também em outros lugares, e de 2014 para
24 2015, o trabalho evoluiu bastante, conseguimos chegar a um consenso no Grupo de
25 Trabalho, podendo colher alguns resultados positivos, tanto para a SEMA quanto para
26 os proprietários. A seguir, Luisa apresenta a programação da reunião. Após, Luciano
27 faz a contextualização da REBIO Banhado do Maçarico. Informa que a Unidade de
28 Conservação é uma área importante para a conservação de aves, reconhecida
29 internacionalmente como uma IBA (Important Bird Area), é uma área prioritária para a
30 conservação, segundo o Ministério do Meio Ambiente, e no seu interior, encontram-se
31 espécies ameaçadas de extinção, como o macuquinho-da-várzea, o caboclinho-do-
32 papo-branco, e o caminheiro-grande. O macuquinho-da-várzea apresenta populações
33 pequenas e isoladas no Estado. Na REBIO Banhado do Maçarico, a população é
34 estimada em duzentos casais, a qual encontra-se completamente protegida pela
35 poligonal da Unidade de Conservação. A seguir, apresenta os objetivos de criação da
36 REBIO Banhado do Maçarico, sendo eles, preservar a dinâmica hídrica das áreas de
37 nascentes que alimentam o sistema hidrológico do Taim, ao Sul e as drenagens
38 naturais associadas ao estuário da Laguna dos Patos; preservar amostras das
39 fisionomias palustres do banhado do Maçarico e seus ecossistemas associados;
40 preservar uma área de reconhecida importância internacional para a conservação das
41 aves; garantir a integridade de habitats para manter populações de espécies
42 ameaçadas de extinção; preservar áreas insubstituíveis para uma população isolada
43 de *Scytalopus iraiensis* (macuquinho-da-várzea); e preservar áreas de importância
44 para a reprodução da espécie migratória *Sporophila palustris* (caboclinho-de-papo-
45 branco). Destaca que, dentro da proposta de recategorização, estes objetivos
46 permanecem inalterados. Luciano apresenta os limites da REBIO Banhado do



47 Maçarico, e Luisa apresenta o contexto da REBIO Banhado do Maçarico em relação
48 às Unidades de Conservação do entorno, a ESEC Taim, e a Reserva Biológica do
49 Mato Grande. Eduardo destaca a questão dos mosaicos de Unidades de Conservação
50 previstos no SNUC, sendo esta uma justificativa a mais para a recategorização, tendo
51 em vista que os mosaicos priorizam a diversidade de categorias, a fim de diversificar
52 as estratégias de conservação. Atualmente, existem duas áreas muito parecidas e
53 muito próximas, com categorias muito semelhantes, que são as mais restritivas. Desse
54 modo, a recategorização para o Refúgio de Vida Silvestre pode auxiliar quando da
55 elaboração de um plano de mosaico. Além disso, a categoria Refúgio de Vida Silvestre
56 enquadra-se melhor, pois o foco do trabalho é a conservação das aves, conforme
57 estudo do professor Maurício. Eduardo dia que, em uma primeira proposta para a
58 REBIO Banhado do Maçarico, a ideia era formar um corredor com a ESEC Taim,
59 permitindo o fluxo da biodiversidade. No seu entendimento, jamais teria esse desenho
60 atual da Unidade de Conservação, mas esse é um assunto para um momento
61 posterior. Thiago destaca a existência de banhados de idades geológicas diferentes,
62 conforme análises de solo realizadas. Eduardo opina que, do ponto de vista geológico,
63 o desenho do limite deveria acompanhar o recuo do oceano, onde existem as partes
64 mais jovens do banhado, em detrimento àquelas outras áreas muito mais altas e mais
65 antigas, as quais, inclusive, tem um valor intrínseco mais elevado, em lavoura, em
66 agricultura acarretando maior custo para indenização. Alan destaca que essas são
67 áreas produtivas, e que, no caso da ESEC Taim, houve a preocupação em não
68 prejudicar as áreas produtivas. Luciano diz que a grande maioria dessas áreas de
69 lavoura encontram-se fora da poligonal da REBIO Banhado do Maçarico. Eduardo
70 destaca que existem algumas áreas que estão incluídas na poligonal, inclusive com
71 presença de marachas. Os presentes passam, então, a localizar no mapa os pontos
72 com presença de lavoura no interior e entorno da REBIO Banhado do Maçarico.
73 Eduardo destaca a importância de salientar que, antes da discussão dos limites, está
74 clara a concordância de todos em relação ao desenho que está traçado. A seguir,
75 Luciano passa a apresentar o histórico do processo, que inicia com a criação da
76 REBIO Banhado do Maçarico, em 10 de dezembro de 2014, por meio do Decreto
77 Estadual 52.144/2010, o qual pegou todos de surpresa. Em 2015, começaram os
78 movimentos de organização dos proprietários. Luiz Renato complementa, para que os
79 demais possam compreender o porquê da movimentação dos proprietários, que havia
80 um movimento do IBAMA para criação de uma Unidade de Conservação, indicando,
81 conforme estudos elaborados, a criação de um Refúgio de Vida Silvestre, pelo tipo de
82 exploração que ocorre no local. No entanto, o Estado, ao invés de respeitar todas
83 essas indicações, inclusive as dos professores Giovani e Rafael Dias, criou uma
84 Reserva Biológica. Luciano segue a apresentação do histórico, dizendo que, em julho
85 de 2015, foi publicada a Portaria SEMA 93, criando um Grupo de Trabalho, com o
86 objetivo de elaborar estudos e propor diretrizes a fim de elucidar essa questão. O
87 grupo de trabalho é formado por representantes da APMBM – Associação dos
88 Proprietários e Moradores do Banhado do Maçarico, por servidores da SEMA, FZB
89 UFRGS e Ministério Público Estadual, e técnicos profissionais autônomos. Com o
90 trabalho desse grupo, foram produzidos estudos técnicos complementares, que
91 embasaram a proposta de recategorização. Eduardo relata que, em 2015, teve contato
92 com o grupo organizado do Luiz Renato, o qual estava discutindo, juridicamente, a
93 oportunidade de serem ouvidos no processo de licenciamento, porque os proprietários,
94 quando foi criada a Unidade de Conservação, não foram ouvidos em momento algum.
95 Não houve a preocupação em se fazer uma divulgação na região, para que as
96 pessoas pudessem participar do processo. Luiz Renato diz que a contestação jurídica
97 se deu no sentido de que foi emitida uma licença de operação de um parque eólico,
98 sendo alocados recursos para a regularização fundiária e elaboração do plano de
99 manejo da Unidade de Conservação que havia sido criada dois dias antes. Neste
100 sentido, nos sentimos no direito de participar do processo, tendo em vista que a



101 criação da Unidade de Conservação replicou nos proprietários. Questionamos a
102 criação de uma Reserva Biológica, ao invés de um Refúgio de Vida Silvestre,
103 conforme havia sido indicado pelo IBAMA. Quando tivemos acesso ao processo de
104 criação da REBIO Banhado do Maçarico, vimos que não haviam sido elaborados
105 estudos, tanto de vegetação e fauna, quanto socioeconômico, que justificassem a
106 criação de uma Reserva Biológica. Eduardo diz que a Unidade de Conservação foi
107 criada à margem da lei, pois o SNUC estabelece que estudos técnicos específicos são
108 imprescindíveis para se criar uma Unidade de Conservação de uma categoria tão
109 complexa, talvez a mais complexa. Não havia dados de flora e de fauna, não havia
110 estudo socioeconômico, nem dados sobre a situação fundiária. Desse modo,
111 buscamos profissionais especializados, com experiência, inclusive na elaboração de
112 planos de manejo para unidades de conservação, a fim de que fossem elaborados
113 estudos técnicos que embasassem nosso pedido. Apesar do IBAMA, ao ser
114 questionado, haver informado que não tinha interesse em criar uma Unidade de
115 Conservação no local, seus estudos alertavam para a existência de pequenas e
116 médias propriedades produtivas, não sendo oportuno criar uma Unidade de
117 Conservação de proteção integral. Isso foi deixado de lado na criação da REBIO
118 Banhado do Maçarico, talvez por não imaginarem que um grupo de pessoas pudesse
119 se organizar e ler toda essa documentação. Após a elaboração dos estudos, os
120 mesmos foram apresentados à SEMA, que fez sua avaliação, e posteriormente,
121 elaborou a proposta de recategorização. Luisa diz que esse trabalho se deu ao longo
122 de 2016, com a discussão e produção de relatórios no âmbito do grupo de trabalho,
123 chegando-se a um consenso de que a recategorização para um Refúgio de Vida
124 Silvestre é a melhor solução para o impasse gerado pela criação de uma Unidade de
125 Conservação nesses moldes. Sendo assim, foi elaborada uma proposta técnica para a
126 recategorização, e dado início ao processo de consulta pública. Thiago destaca que
127 um ponto importante nesse processo de recategorização é que reserva biológica é
128 uma categoria tão restritiva que chega a ser prejudicial aos objetivos da Unidade de
129 Conservação. Luisa diz que o processo de consulta pública teve início em 03 de
130 novembro data em que foi publicada instrução normativa que regra esse processo. O
131 processo de consulta pública engloba a realização de reuniões setoriais, a realização
132 de uma reunião pública, e a consulta online através da página da SEMA. É feito o
133 questionamento de como está a repercussão do assunto. Luciano responde que está
134 tudo muito no começo, esta é a primeira reunião na qual o assunto está saindo do
135 âmbito do grupo de trabalho, para que sejam colhidas as manifestações da sociedade.
136 Iorque diz que, no caso da ESEC Taim, apesar do processo ter sido bastante
137 discutido, houve desconfiança no sentido de que as alterações estariam sendo feitas a
138 fim de favorecer o setor produtivo. Luciano diz que é muito provável que esse tipo de
139 desconfiança surja nesse processo, por isso temos que investir na divulgação da
140 proposta de recategorização e sua justificativa. Luciano passa, então, à apresentação
141 da proposta de recategorização. Primeiramente, destaca a manutenção dos objetivos
142 e dos limites da Unidade de Conservação. Está sendo proposta apenas a
143 recategorização de reserva biológica para refúgio de vida silvestre, que também é do
144 grupo de proteção integral. Alterando a categoria, as espécies constantes nos
145 objetivos de criação não serão prejudicadas, uma vez que habitam áreas de banhado
146 que estão conservadas, as quais poderão ser desapropriadas, se for o caso. Eduardo
147 destaca o ganho econômico para o Estado, tendo em vista que as desapropriações
148 não são obrigatórias. Luciano diz que, ao alterarmos a categoria, haverá ganho
149 ambiental, pois existe uma espécie ameaçada de ave, o caminheiro-grande, que
150 depende de ambientes de campos baixos, os quais são mantidos assim devido ao
151 pastoreio do gado. Em uma reserva biológica, as áreas são obrigatoriamente
152 desapropriadas, e, saindo o gado, não haveria o manejo do campo, e
153 conseqüentemente, o caminheiro-grande sairia da Unidade de Conservação. Além do
154 ganho ambiental, a alteração para um Refúgio promove ganho social, pois as áreas de



155 pecuária extensiva em campos nativos poderão ser mantidas. Luciano cita o exemplo
156 da família do Sr. Maroca, onde será realizada a segunda reunião setorial, que está na
157 propriedade há cerca de cem anos, e que, com a recategorização para refúgio, poderá
158 manter a propriedade. Paola complementa que a recategorização é uma mudança de
159 perspectiva em relação à conservação da área, pois os objetivos são mantidos e
160 continuam sendo o cerne da gestão, o que muda é o como fazer a conservação. Ao
161 recategorizar para refúgio, agregamos coisas que em uma reserva biológica não
162 conseguimos, que é o manejo do campo nativo com o gado, aumentando a
163 diversidade de espécies protegidas pela Unidade de Conservação. A pecuária em
164 campo nativo com o manejo correto passa a ser reconhecida como uma ferramenta de
165 conservação. Iorque traz o exemplo da estância da Pedra, que ficou quatorze anos
166 sem uso, e foi possível notar a perda da diversidade. Em campo alto a capivara não
167 entra, pois ela se alimenta do broto. Ao retirarmos o gado, temos uma falsa impressão
168 de preservação, mas na verdade, afastamos as espécies, afastamos as aves. Ana
169 Carolina questiona qual a área da Unidade de Conservação, e quanto dessa área
170 corresponde à pecuária e lavouras de arroz. É respondido que a REBIO Banhado do
171 Maçarico tem uma área de 6.256 hectares. Desse total, cerca de 800 hectares são
172 banhados, e a pecuária está presente no restante da área. Existe uma pequena área
173 dentro dos limites que é utilizada para lavoura. Luciano diz que esses usos serão
174 regradados no plano de manejo, que é um documento muito importante para a gestão.
175 Paulo Francisco diz que fica muito preocupado por haver pessoas irresponsáveis a
176 ponto de criar uma Unidade de Conservação dessa forma. Exemplifica com o caso da
177 ESEC Taim, quando alteraram os limites de 33 mil para 110 mil hectares, sem estudos
178 específicos. Isso causa um transtorno para a sociedade, e a sociedade deve combater
179 isso, dentro dos grupos de trabalho e dos conselhos. Esse Decreto de criação mal
180 feito da REBIO Banhado do Maçarico causou um transtorno, gerou a mobilização dos
181 proprietários, e tudo isso tem um custo, não só econômico, mas emocional, pois retirar
182 uma família que está na propriedade há cem anos, de forma arbitrária, com um
183 “canetaço”, sem nenhum estudo específico, causa transtorno. Parabeniza os
184 envolvidos no processo de recategorização. A sociedade se organizou, fez a
185 discussão, e agora vamos chegar em um ponto comum, com a mudança de categoria.
186 Diz que fica muito preocupado com as pessoas que tem a caneta na mão, que
187 colocam as coisas de cima para baixo para a sociedade, causando prejuízos enormes.
188 Tem certeza que esse processo vai resultar em uma coisa muito positiva, sendo o
189 meio ambiente o principal beneficiado, pois as pessoas que estão lá são os principais
190 defensores dos animais que habitam a área. Iorque diz que no caso da ESEC Taim, o
191 conflito gerado pela alteração dos limites foi dirimido no Supremo Tribunal Federal, em
192 uma reação rápida, onde se recorreu pela ampliação ter sido feita sem consulta
193 pública. O ponto que o Paulo Francisco trouxe é interessante, pois essas decisões
194 deprimem as pessoas. As pessoas mais velhas que vivem nessas localidades e que
195 não tem conhecimento, se veem encurraladas, elas dizem que suas vidas acabaram.
196 Eduardo diz que temos que ver os dois lados, pois a água é um bem público, e
197 algumas pessoas se intitulam donas da água. Assim como o Paulo Francisco
198 comentou que existe o irresponsável da caneta, também existe o produtor
199 irresponsável. Seguindo a apresentação da proposta, Luciano apresenta um quadro
200 comparativo entre as duas categorias. Quanto aos objetivos das categorias,
201 estabelecidos pelo SNUC, o objetivo da reserva biológica é a preservação integral da
202 biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana
203 direta ou modificações ambientais, enquanto o objetivo do refúgio de vida silvestre é
204 proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou
205 reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou
206 migratória. Na prática, o refúgio permite preservar os processos naturais da área com
207 mínima intervenção humana, permitindo ações de manejo do ambiente, como o
208 manejo do campo com a pecuária. Eduardo cita a que o gado auxilia na prevenção de



209 incêndios nas áreas de banhado, pois a macega alta pode causar incêndios de
210 grandes proporções, acarretando a perda das três espécies alvo. Alan questiona
211 quantas famílias vivem dentro dos limites da REBIO Banhado do Maçarico. Eduardo
212 responde que essa informação não foi levantada. Luciano destaca que, em uma
213 reserva biológica, a posse e o domínio das áreas são públicas, devendo as áreas
214 particulares ser adquiridas pelo Estado. Em um refúgio de vida silvestre as áreas
215 podem continuar de domínio privado, desde que os usos sejam compatíveis com os
216 objetivos da unidade de conservação. Eduardo salienta que as propriedades podem
217 ser negociadas caso a caso. Luciano diz que o plano de manejo é o instrumento que
218 vai dar essas diretrizes. A seguir, Luciano passa a apresentar o processo de consulta
219 pública. A consulta pública, conforme prevê a legislação, é o espaço forma de
220 participação da sociedade no processo de criação e ampliação de unidades de
221 conservação. Paola salienta que, no caso da REBIO Banhado do Maçarico, como
222 estamos propondo a alteração da categoria, precisamos consultar a sociedade, a fim
223 de ouvir as considerações da mesma quanto à proposta. Luciano explica que o
224 processo de consulta será feito em três frentes, um bloco de reuniões setoriais, que
225 são reuniões menores, para que os envolvidos possam se apropriar melhor da
226 proposta favorecendo a discussão, uma reunião maior, em formato de audiência, e a
227 consulta pela página da Secretaria. Paulo Francisco diz que a legislação deveria ser
228 revista, pois a consulta pública deveria ser feita sempre, o debate com a sociedade
229 sempre deve ser feito. Iorque diz que antes de ser criada a unidade de conservação,
230 deveria ter sido feito um estudo maior. Paulo Francisco diz que, do jeito como foi feito,
231 só causou prejuízo, pois o Estado não tem dinheiro para pagar as indenizações. Se
232 esse debate tivesse sido feito anteriormente, as coisas já estariam funcionando. Luisa
233 diz que o processo da REBIO Banhado do Maçarico é um belo exemplo e um
234 aprendizado para a Secretaria. Alan diz que esse trabalho está sendo muito positivo,
235 porque estamos trabalhando a parte técnica, e não com ideologias. Luciano apresenta
236 o fluxograma do processo da consulta pública, explicando que os resultados das
237 reuniões setoriais e da consulta na página da Secretaria serão sistematizados e
238 apresentados na reunião pública. Paulo Francisco questiona como serão tratadas as
239 manifestações feitas pela página da Secretaria. Luisa responde que na página estão
240 disponibilizados os estudos que embasaram a elaboração da proposta, os pareceres
241 elaborados, a proposta técnica, a apresentação feita nas reuniões setoriais, os limites
242 da unidade de conservação em formato *kml*, e o formulário para as manifestações e
243 considerações dos interessados. Esse material é enviado por correio eletrônico, e
244 quem faz a conferência é a equipe responsável pelo processo da consulta pública.
245 Paola complementa que, ao final do processo, será gerado um documento, contendo a
246 sistematização de todas as manifestações. As considerações feitas no processo da
247 consulta são a base para a alteração da proposta, e nesse documento, deve ter uma
248 justificativa do porque aquela consideração foi ou não acatada. Paulo Francisco diz
249 que fica preocupado com a consulta pela internet, porque é muito livre, e pode haver
250 uma quantidade grande de manifestações feitas por pessoas que não estão
251 apropriadas do assunto. Paola diz que a alteração da proposta não será feita com
252 base na quantidade de manifestações contra ou a favor, mas sim, conforme a
253 fundamentação das mesmas. Paulo Francisco diz que, por isso é importante que os
254 estudos técnicos sejam disponibilizados, para evitar manifestações sem
255 fundamentação. Giovanni sugere que seja elaborada uma chamada didática para o
256 processo de recategorização da REBIO Banhado do Maçarico, como “a
257 recategorização ajuda as espécies ameaçadas”. Luciano diz que, após a reunião
258 pública, os resultados serão avaliados, para então, definir se a proposta será ou não
259 alterada. Iorque questiona se a proposta está encontrando muita resistência. Paola diz
260 que a consulta foi recém iniciada, este é o primeiro evento do processo, então, por
261 enquanto, não encontrou resistência. Thiago questiona como foi a reunião realizada
262 entre a SEMA, Ministério Público e Prefeitura de Rio Grande. Luciano informa que no



263 dia nove de outubro foi realizada reunião na sede do Ministério Público Federal,
264 estando presentes a SEMA, o Ministério Público Estadual e Federal, e a Prefeitura de
265 Rio Grande. A reunião foi boa, houve o questionamento da Procuradora federal do
266 porque da mudança de categoria, sendo explicado que houve manifestação da
267 APMBP, além de haver posicionamento interno da DUC na época da criação da
268 unidade de conservação de que reserva biológica não seria a melhor categoria. O
269 Promotor Estadual estava a par do andamento dos trabalhos, pois há o
270 acompanhamento de um representante do Ministério Público Estadual no grupo de
271 trabalho. A preocupação do Promotor é quanto ao recurso, que se encontra parado. A
272 Secretária respondeu que era melhor gastar bem o recurso, do que gastar rápido e
273 mal. É questionado o quanto há de recurso previsto. Paola responde que a Odebrecht
274 deve destinar R\$ 2.500.000,00 para a regularização da unidade de conservação, e
275 pagar a elaboração do plano de manejo. Paola salienta que não sentido em executar
276 esse recurso agora, pois estamos no meio de um processo de recategorização.
277 Luciano destaca que o recurso está depositado em juízo. Thiago questiona se a
278 empresa tem entrado em contato com a SEMA para a expansão do parque eólico.
279 Luisa responde que participou de uma reunião no Gabinete da Secretária, na qual a
280 empresa estava pleiteando a expansão do parque eólico. A Secretária respondeu que,
281 no momento, não havia condições para discutir a expansão do parque eólico, pois
282 estamos no meio do processo de recategorização da REBIO Banhado do Maçarico.
283 Thiago diz que estão preocupados, pois dia 17 de dezembro vence a Licença de
284 Operação. Luisa diz que, nesta mesma reunião, a FEPAM manifestou-se contrária à
285 expansão. Eduardo diz que protocolou junto à FEPAM e à SEMA solicitação de
286 informações quanto ao pedido de expansão do parque eólico, exatamente para que
287 sejamos ouvidos. Giovanni aponta que, uma outra justificativa para a recategorização é
288 a diminuição do conflito, pois o formato da unidade de conservação deixa os
289 ambientes de banhado muito suscetíveis ao fogo, e um ambiente conflituoso com a
290 implantação de uma reserva biológica, poderia acarretar a perda desses ambientes
291 devido a incêndios criminosos. Luciano encerra a apresentação sobre o processo da
292 consulta pública. Lilian questiona se na categoria refúgio de vida silvestre o plano de
293 manejo e a zona de amortecimento seguem conforme as demais unidades de
294 conservação. Luciano responde que sim, destacando que a zona de amortecimento
295 ainda não foi estabelecida, existe apenas a área circundante de dez quilômetros
296 estabelecida pelo Código Estadual do Meio Ambiente. O estabelecimento da zona de
297 amortecimento depende de estudos específicos, e varia conforme às particularidades
298 de cada unidade de conservação. Lilian questiona se a zona de amortecimento é
299 instituída por decreto. Paola responde que, no Estado, ela é instituída por Portaria,
300 junto com a homologação do plano de manejo. Paola diz que a zona de
301 amortecimento é um tema sempre bastante polêmico. Atualmente, estamos
302 trabalhando de uma forma para que a zona de amortecimento seja específica para
303 cada unidade de conservação, e traga normas a fim de mitigar os impactos daquelas
304 atividades realizadas no entorno que são prejudiciais ao que queremos conservar no
305 interior das unidades de conservação. Estamos fazendo isso por meio do
306 estabelecimento dos alvos de conservação no processo de elaboração dos planos de
307 manejo. Os alvos de conservação são o foco da gestão, e o papel da zona de
308 amortecimento é o de minimizar os impactos a esses alvos. Desse modo, a zona de
309 amortecimento não deve se preocupar em regrar todas as atividades que acontecem
310 no entorno, somente aquela que prejudicam, ou pode vir a prejudicar os alvos de
311 conservação. Os planos de manejo vem sendo elaborados junto aos Conselhos
312 Gestores das unidades de conservação. Desse modo, o próximo passo após a
313 recategorização da REBIO Banhado do Maçarico, é a formação de seu Conselho
314 Gestor. Luiz Renato diz que o desenho da unidade de conservação é falho, pois não
315 concebe como poderá ser elaborado um plano de manejo quando as propriedades
316 estão fatiadas. Claro que esse é um outro processo, mas se queremos que a unidade



317 de conservação seja factível, inevitavelmente teremos que repensar os seus limites.
318 Destaca que os estudos realizados não foram feitos pela APMBM, mas promovidos
319 por ela, a pedido do grupo de trabalho. Esses estudos foram apreciados pelo grupo de
320 trabalho e aceites por ele. Outro ponto importante é que, motivados por este trabalho,
321 a APMBM se organizou, e hoje temos avançado nas questões relativas à
322 sustentabilidade, com propriedades certificadas pela Alianza del Pastizal, e seis
323 propriedades credenciadas no BPA da EMBRAPA. Eduardo diz que essa unidade de
324 conservação pode promover um selo para alguns produtos oferecidos pela nossa
325 região. Esse é um processo mais lento, mas com isso podemos criar, dentro desse
326 conceito, a valorização dos produtos originados aqui. Luiz Renato diz que um ponto
327 importante para esse processo seria o estabelecimento de um corredor entre a
328 Maçarico e o Taim. Paulo Francisco complementa que, para que isso evolua, é
329 importante que as unidades de conservação estejam articuladas, assim como os
330 produtores. A seguir, Luisa passa à apresentação da sistematização das
331 considerações feitas pelos participantes, conforme Anexo II. Em relação à alteração da
332 poligonal dos limites da unidade de conservação, Eduardo opina que este não é o
333 momento para debater isso, pois corremos o risco de retroceder neste processo,
334 perdendo o trabalho que vem sendo desenvolvido há três anos. Devemos dar um
335 passo de cada vez, primeiramente recategorizando a unidade de conservação, de
336 modo a dar a flexibilidade necessária para a manutenção da pecuária, e, em um
337 segundo momento, podendo até ser na elaboração do plano de manejo, rediscutimos
338 a poligonal, evitando, assim, perdas. Salaria que a única maneira de alterar a
339 poligonal é mediante projeto de lei. Eduardo destaca a importância do consenso
340 construído no âmbito do grupo de trabalho, resultado de um processo conjunto, no
341 qual existe uma confiança mútua entre os membros. Thiago destaca a importância da
342 imparcialidade dos estudos elaborados. Paulo Francisco destaca que os resultados
343 positivos obtidos foram frutos da promoção do debate. Não há mais espaço para
344 decisões tomadas de cima para baixo. Só com o diálogo conseguimos construir
345 consensos. Sem mais manifestações, às dezessete horas deu-se por encerrada a
346 reunião, quando eu, Paola Prates Stumpf, Técnica Ambiental da Divisão de Unidades
347 de Conservação do Departamento de Biodiversidade da Secretaria Estadual do
348 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na qualidade de relatora, lavrei a presente
349 Ata, que dato e vai assinada por mim. Rio Grande, 07 de novembro de 2017.

Paola Prates Stumpf
Técnica Ambiental DUC/DBIO/SEMA
ID 2735407/02



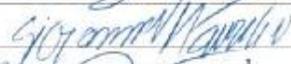
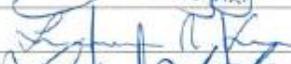
ANEXO I
Lista de Presença



CONSULTA PÚBLICA – Recategorização da Reserva Biológica Banhado do Maçarico

Reunião nº 1 Público Alvo Conselho ESEC Taim

Local e Data: Estação Ecológica Taim - Rio Grande - 07 novembro 2017

Nome (legível)	Instituição	Contato (telefone/e-mail)	Assinatura
1. MICHELLE FISCHER DE LIMA	SEMA	michelle-lima@sema.rs.gov.br	
2. Leticia Dias Monteiro	SEMA	leticiaadm94@gmail.com	LM.
3. Paola Pratos Stumpf	SEMA	(51) 3288 81 08	
4. Giovanni Nothigall Maurício	UFPEL	(53) 98118-9338	
5. Jussé Roberto Leite Lira	Assoc. Maçarico	33 999 400164 LRE@maçarico.rs.gov.br	
6. ANA CAROLINA COTTA DE MELO CANARY	ICMBIO	(62) 3503 3151	
7. LUCIANO RODRIGUES SOARES	SEMA	53-3227 2315	
8. Luísa Xavier Lakschin	DC/SEMA	51 3288 8108	
9. EDUARDO RIBEIRO VEIXOTO	ASSOC. URSARCO	48-99113033	
10. THIAGO PINTO DAMAS	APMBM	53 999465710	
11. TORQUAT DIAS	IPAC	999362968	
12. ALAN SEIER JOHNSON	SINDAG	53 999769733	
13. ALLAN J. WINCKER	CNBRAPA	5332758222	
14. Paulo Francisco dos Silva Amado	Sind. Comerciais	999545229	
15.			
16.			

ANEXO II

Registro e Sistematização das Considerações feitas pelos presentes



Figura 1: Registro das considerações feitas pelos participantes

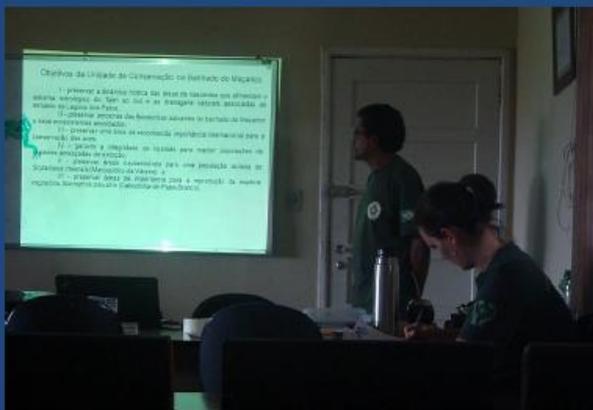
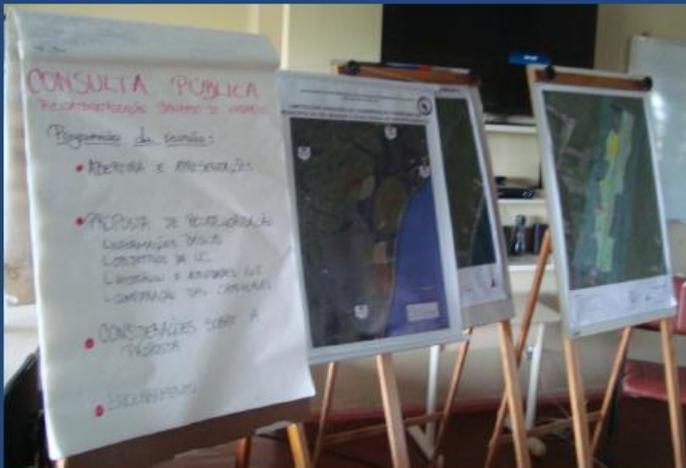
Quadro I: Sistematização das considerações feitas pelos participantes

Tema	Considerações
Processo de criação e recategorização	Houve muitos transtornos do decreto mal feito (até emocional) Consulta pública deve acontecer sempre Parabéns aos proprietários e à SEMA pelo trabalho pós-decreto No processo da Consulta Pública, fazer uma "chamada didática", por exemplo: a recategorização ajuda a biodiversidade
Biodiversidade e Plano de Manejo da UC	A área da UC tem diferentes idades geológicas e, conseqüentemente, solo e biodiversidade Se retirar o gado, perde diversidade e aumenta o potencial de queimadas de maiores proporções Já existem áreas de plantio de soja dentro da UC Existem áreas de lavoura dentro dos limites
Limites	o tamanho da UC tem efeito cascata, e se reflete na ZA e entorno Algumas propriedades são fatiadas pela poligonal, mas não há porque adequar nessa recategorização
Gestão Territorial no Entorno	Existe potencial para Corredor Ecológico com ESEC Taim Pode ser formado um mosaico de UCs na região É necessário definir a zona de amortecimento da UC
Selos e iniciativas existentes	Já existem propriedades cadastradas com Selo da Alianza do Pastizal e Boas Práticas Agropecuárias - BPA/Embrapa Boas Práticas na Propriedade Rural

ANEXO III Relatório Visual da Reunião

07/11/2017

Estação Ecológica do Taim
público alvo: conselheiros do Taim



Apresentação da
Proposta de
Recategorização e
do processo de
Consulta Pública







Análise do
território da UC
e seus limites



Em síntese:

- LIMITES → Tem diferentes idades geológica/solo (bioidiversid.)
- TEM ÁREA DE LAVOURA DENTRO DA POLIGONAL ↳ OESTE
- INÍCIO DE PLANTAGEM DE SOJA DENTRO DA REBIO
- PROPRIEDADES FATIADAS ↳ PRECISA ADEQUAR NO FUTURO
- TAMANHO → EFETTO CASCATA, Z.A., ...

CORREDOR ECOLÓGICO COM TAM

MOSAICO DE U.C. → MOTE CONSERVAÇÃO DE AVES

PROPRIEDADES CADASTRADAS NA Aliança del Pastizal ↳ SELO/VAGRAMA

NECESSIDADE DE DEFINIR A ZONA DE AMORTECIMENTO

SE RETIRA O SITO NÃO TEM MAIS AVES, CAPIVARA, ... (E VEM O FOGO)

BOAS PRÁTICAS NA PROPRIEDADE RUAH BPA

